



Número: **0600010-20.2024.6.26.0002**

Classe: **REPRESENTAÇÃO**

Órgão julgador: **001ª ZONA ELEITORAL DE SÃO PAULO SP**

Última distribuição : **06/03/2024**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Pesquisa Eleitoral - Divulgação de Pesquisa Eleitoral Fraudulenta, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO (REPRESENTANTE)	
	RICARDO VITA PORTO (ADVOGADO)
GUILHERME BOULOS registrado(a) civilmente como GUILHERME CASTRO BOULOS (REPRESENTADO)	
	FRANCISCO OCTAVIO DE ALMEIDA PRADO FILHO (ADVOGADO) DANILO TRINDADE DE MORAIS (ADVOGADO) GABRIELA VILELA BUZZO (ADVOGADO)

Outros participantes	
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (FISCAL DA LEI)	
FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA. (TERCEIRO INTERESSADO)	
	CELSO DE FARIA MONTEIRO (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
122568085	10/04/2024 16:27	Sentença	Sentença



JUSTIÇA ELEITORAL
001ª ZONA ELEITORAL DE SÃO PAULO SP

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600010-20.2024.6.26.0002 / 001ª ZONA ELEITORAL DE SÃO PAULO SP

REPRESENTANTE: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO

Advogado do(a) REPRESENTANTE: RICARDO VITA PORTO - SP183224

REPRESENTADO: GUILHERME CASTRO BOULOS

Advogados do(a) REPRESENTADO: FRANCISCO OCTAVIO DE ALMEIDA PRADO FILHO - SP184098-A, DANILO

TRINDADE DE MORAIS - SP469241, GABRIELA VILELA BUZZO - SP469441

TERCEIRO INTERESSADO: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

ADVOGADO do(a) TERCEIRO INTERESSADO: CELSO DE FARIA MONTEIRO

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600020-67.2024.6.26.0001 / 001ª ZONA ELEITORAL DE SÃO PAULO SP

REPRESENTANTE: PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Advogados do(a) REPRESENTANTE: CRISTIANO VILELA DE PINHO - SP221594-A, FATIMA CRISTINA PIRES

MIRANDA - SP109889-A, GABRIEL GOMES FERREIRA DE OLIVEIRA LIMA - RJ209211

REPRESENTADO: GUILHERME CASTRO BOULOS

INTERESSADO: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

Advogados do(a) REPRESENTADO: FRANCISCO OCTAVIO DE ALMEIDA PRADO FILHO - SP184098-A, DANILO

TRINDADE DE MORAIS - SP469241, GABRIELA VILELA BUZZO - SP469441

Advogado do(a) INTERESSADO: CELSO DE FARIA MONTEIRO - SP138436-A

SENTENÇA

Vistos.

Trata-se de representações eleitorais com pedidos de liminar propostos pelo: a) Movimento Democrático Brasileiro (MDB), por seu órgão municipal na cidade de São Paulo, com fundamento no art. 96 da Lei Eleitoral, em face do representado e pré-candidato Guilherme Castro Boulos, para exclusão das postagens nas redes sociais do pré-candidato que exibem resultado de pesquisa eleitoral que não foi apurado pelo instituto que realizou (RP 0600010-20.2024.6.26.0002 – ID 122362257); b) Partido Socialista Brasileiro (PSB) em face de Guilherme Castro Boulos, tendo apontado Facebook Serviços Online do Brasil “Ltda” como terceiro interessado pela prática de divulgação de pesquisa eleitoral (RP 0600020-67.2024.6.26.0001 – ID 122358450).

O MDB aduziu, em suma, o seguinte (ID 122362922 da RP 0600010-20.2024.6.26.0002): a) o representado inventou um cenário que não foi pesquisado pelo instituto para manipular a opinião pública; b) a conduta é ilícita e configura em tese ilícito penal (art. 18 da Res. TSE 23.600/2019) necessitando ser imediatamente obstada; c) a forma da divulgação serviu para forjar desempenho diferente das reais intenções de votos; d) o cenário divulgado de candidatos é absolutamente ficcional conforme se pode verificar com a simples leitura do questionário de pesquisa e dos dados da divulgação dos seus resultados; e) a pesquisa realizada contém cenário com Guilherme Boulos, Ricardo Nunes, Ricardo Salles e Marcos Pontes como contendores entre si e configura divulgação de pesquisa eleitoral supostamente fraudulenta, pois na pesquisa não houve pergunta efetuada ao entrevistado com a possibilidade de escolha destes candidatos; f) não existiu apuração de intenção de votos em Ricardo Salles e Marcos Pontes na mesma hipótese, tampouco na divulgação dos resultados foi incluído no mesmo cenário todos os candidatos exibidos por Guilherme Boulos ainda mais com os percentuais ali criados.

Por fim, requereu: a) a concessão de tutela provisória de urgência para que o representado cesse a divulgação impugnada, nas "urls" indicadas:

https://www.facebook.com/photofbid=957540645738234&set=a.522896625869307&locale=pt_BR,

<https://www.instagram.com/p/C4G6Drss8fL/>, com a fixação de multa diária para a hipótese de

descumprimento; b) a ratificação da tutela provisória de urgência com a condenação do representado Guilherme Castro Boulos à exclusão das postagens impugnadas; c) a intimação por “e-mail” da empresa Facebook Brasil (representante das redes sociais da Meta Inc. Facebook e Instagram) para que cumpra a decisão proferida em sede de tutela de urgência; d) pede-se o envio de cópia ao Ministério Público Eleitoral para apuração do ilícito na esfera penal.

Por sua vez, o PSB alegou, em síntese, o seguinte (ID nº 122358451 da RP 0600020-67.2024.6.26.0001): a) o representado Guilherme Boulos, pré-candidato à Prefeitura Municipal de São Paulo nas eleições de 2024, efetuou a divulgação, em 04/03/2024, por meio da rede social “instagram”, de pesquisa registrada no PesqueEl sob o número SP-03963/2024, com omissão do percentual de 10% das intenções de voto da Tábata Amaral, pré-candidata ao cargo de Prefeita de São Paulo pelo PSB; b) essa apontada omissão teve a intenção de manipular e ludibriar o eleitorado em benefício do próprio pré-candidato Boulos, assim como o fato de que a referida publicação ocorreu em uma rede social (“instagram”) de alcance imensurável de eleitores; c) posteriormente, o representado chegou a excluir a divulgação, mas voltou a exibí-la de forma irregular logo em seguida; d) também houve omissão do nível de confiança da pesquisa, requisito obrigatório da pesquisa nos termos do disposto no art. 10, inciso III, da Res. TSE 23.600/19; e) a divulgação de pesquisa fraudulenta enseja as sanções previstas no art. 18, “caput”, da Resolução TSE nº 23.600/2019.

O PSB requereu: a) liminarmente, nos termos do disposto no art. 16, § 1º, e § 1º-A, da Res. TSE 23.600/2019 (com as alterações da Res. TSE 23.727/2024), a suspensão da divulgação da pesquisa impugnada no link: <https://www.instagram.com/p/C4G6Drss8fL/>, encontrando-se presentes os requisitos para deferimento da tutela de urgência previstos no art. 300 do CPC, pois restará prejuízo para a pré-candidata Tábata Amaral com a omissão de suas intenções de voto junto ao eleitorado, para que seja determinado ao “instagram” a imediata suspensão da publicação apontada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar de sua citação, sob pena de multa diária; b) a citação do requerido para querendo contestar a representação; c) ao final a procedência integral da presente representação, confirmando-se a tutela pretendida e aplicando-se a multa ao representado em seu patamar máximo, bem como (i) a proibição de novas condutas como aquelas praticadas e (ii) a remoção definitiva da publicação irregular, sob pena de multa diária a ser arbitrada por este Juízo; d) fosse dada ciência ao D. Ministério Público Eleitoral para, querendo, tomar as providências que lhe aprouver em relação ao cometimento de eventual crime eleitoral.

A representação proposta pelo MDB foi endereçada ao Juízo da 2ª Zona Eleitoral, que declinou da competência para processar o presente feito (decisão: ID nº 122366502 da RP 0600010-20.2024.6.26.0002). Na representação proposta pelo MDB, foi deferida liminar (ID nº 122370855 da RP 0600010-20.2024.6.26.0002) pela qual foi determinado ao Representado para que fossem retiradas as publicações nas “urls” mencionadas das redes sociais “facebook” e “instagram”, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R\$ 10.000,00.

Por sua vez, na representação proposta pelo PSB, (ID nº 122368204 da RP 0600020-67.2024.6.26.0001) deferiu-se a liminar para que o Representado que se abstivesse, até decisão ulterior, de divulgar os resultados da pesquisa eleitoral registrada sob número de identificação SP-03963/2024, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R\$ 10.000,00, bem como notificada a plataforma social “Instagram” para que retirasse esta publicação e todas e quaisquer repostagens no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00.

Na representação proposta pelo MDB, manifestou-se o terceiro interessado Facebook Serviços Online do Brasil (“Facebook Brasil”) (ID nº 122379913 da RP 0600010-20.2024.6.26.0002). Destacou em suma o seguinte: a) para que seja possível proceder com a indisponibilização de conteúdos por provedores de aplicação de “internet” é necessário que eles sejam individualizados por meio da indicação das respectivas “url’s” específicas como prevê o art. 17, III, da Res. TSE nº 23.608/19, atualizado pela Res. nº 23.672/2021 e art. 38, § 4º, da Res. nº 23.610/19; b) apontou que contactou o provedor de aplicações do “facebook” e “instagram” que atendeu a determinação judicial e tornou indisponível o conteúdo indicado, conforme se constata do “print” do “facebook”; c) em relação à “url” <https://www.instagram.com/p/C4G6Drss8fL/> o provedor de aplicações “instagram” constatou que este conteúdo específico foi indisponibilizado em 07/03/2024 em virtude de ordem judicial anteriormente proferida nos autos da RP nº 0600020-67.2024.6.26.0001 bastando o simples acesso a “url” para verificar sua indisponibilidade; d) requereu que fosse declarada cumprida a ordem judicial afastando-se por completo a incidência de quaisquer sanções; e) comprometeu-se a indisponibilizar todos os conteúdos específicos que vierem a ser considerados ilícitos por este D. Juízo no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas da intimação de qualquer nova decisão judicial, com o fornecimento da “url” específica desses conteúdos na forma da lei.

Na representação proposta pelo PSB também manifestou-se o terceiro interessado Facebook Serviços Online do Brasil (“Facebook Brasil”) (ID nº 122375311 da RP nº 0600020-67.2024.6.26.0001). Destacou em suma o seguinte: a) para que seja possível proceder a indisponibilização de conteúdos por provedores de aplicação de “internet” é necessário que eles sejam individualizados por meio da indicação das respectivas “url’s” específicas (não basta as genéricas) como prevê os arts. 17, III, da Res. TSE nº 23.608/19, atualizada pela Resolução nº 23.672/2021, e 38, § 4º, da Res. TSE nº 23.610/19, mantido pela Res. TSE nº 23.671/21, para fins de gerar certeza quanto ao conteúdo que deverá ser removido, sob pena de remoção de conteúdo alheio; b) o “instagram” tornou indisponível o conteúdo específico mantido sob a URL <https://www.instagram.com/p/C4G6Drss8fL/>, conforme “print” extraído da plataforma; c) com relação ao trecho da ordem que determina a remoção de “todas e quaisquer repostagens”, vige no Direito Eleitoral o princípio da intervenção mínima no debate democrático como forma de garantir a liberdade de expressão, a livre manifestação do pensamento e da vedação à censura (artigos 5º, incisos IV e IX e XIV, e 220, “caput”, e § 2º, CF) reforçados por dispositivos da legislação infraconstitucional (art. 57-D da Lei nº 9.504/97, arts. 30 e 38 da Res. TSE nº 23.610/2019; d) violação ao art. 506 do CPC que causa embaraço ao cumprimento da ordem (vedado pelo art. 77, IV, do CPC) e a torna genérica, bem como seu cumprimento impraticável do ponto de vista legal (art. 492, parágrafo único e 499 do CPC); e) ao provedor de aplicações do “instagram” não é imposto por lei o dever de fazer uma varredura, segundo a segundo, do conteúdo disponibilizado por seus mais de um bilhão de usuários para exercer um controle prévio a fim de inibir/impedir qualquer publicação considerada ofensiva.

Por fim, requereu: a) o afastamento da ordem de fiscalização/monitoramento que se pretende impor ao Facebook Brasil – a fim de que o provedor de aplicações “instagram” remova toda e quaisquer repostagens referentes ao conteúdo impugnado; b) sejam indicados as “url’s” dos conteúdos que se entende ilegais para que o provedor de aplicações do “facebook” e do “instagram” as torne indisponíveis após intimação da ordem judicial correspondente; c) seja declarado o cumprimento integral e tempestivo da ordem exarada com o afastamento da incidência de quaisquer sanções.

Ofereceu defesa o representado Guilherme Castro Boulos na representação proposta pelo MDB (ID nº 122397259 na RP nº 0600010-20.2024.6.26.0002). Alegou, em síntese, o seguinte: a) a presente representação possui o mesmo objeto da representação distribuída sob o nº 0600020-67.2024.6.26.0001 (conexão), qual seja, a publicação do peticionário nas redes sociais divulgando o resultado da pesquisa registrada sob o nº SP-03963/2024 e a mesma causa de pedir; b) em atenção ao princípio da celeridade processual e da segurança jurídica requer sejam as duas ações reunidas para julgamento em conjunto; c) ausência de divulgação de pesquisa fraudulenta e de alteração de dados da pesquisa, pois os dados são verídicos; d) ser lícito que um pré-candidato ressalte apenas a sua liderança na pesquisa ou qualquer outro aspecto que lhe seja favorável; e) a informação na publicação: “Boulos lidera com 34% contra qualquer bolsonarista” é verdadeira e corresponde exatamente àquilo que foi constatado pela pesquisa sem que houvesse manipulação gráfica e, deste modo, não houve prejuízo ao eleitor e aos demais pré-candidatos; f) a ilustração apresenta percentuais obtidos contra os candidatos identificados com o perfil político-ideológico do ex-presidente em diferentes cenários sem que houvesse fraude ou distorção: Guilherme Boulos aparece com 34% em todos os cenários; Ricardo Nunes teve, em seu melhor cenário, 29%; Ricardo Salles e Marcos Pontes, quando incluídos na pesquisa, tiveram 12% e 11%, respectivamente, quando disputaram com Guilherme Boulos; g) a simples leitura do comando previsto no art. 14 da Resolução TSE nº 23.600/19 deixa claro que o que se pretende proteger é o direito à informação do eleitor e, portanto, desde que haja elementos que demonstre de forma clara o desempenho de cada um dos candidatos apresentados, a forma de divulgação é de escolha do pré-candidato; h) não existir uma definição legal sobre “layouts” gráficos permitidos e proibidos para a divulgação de pesquisas não cabendo ao representante delinear parâmetros neste sentido.

Por fim, requer o representado que seja a presente representação julgada improcedente. Subsidiariamente, caso seja julgada procedente, deverá ocorrer apenas a proibição de divulgação da publicação impugnada, nos termos da liminar deferida. E caso seja a representação julgada procedente para aplicação de multa, que ela seja aplicada em seu patamar mínima.

Ofereceu defesa o representado Guilherme Castro Boulos na representação proposta pelo PSB (ID nº 122395414 na RP nº 0600020-67.2024.6.26.0001). Alegou, em síntese, o seguinte: a) as normas que regem a realização e a divulgação de pesquisas eleitorais (art. 10 da Resolução TSE nº 23.600/2019) obrigam a menção de dados relativos à realização e registro de pesquisas, mas não a divulgação do desempenho de todos os indivíduos avaliados; b) ser lícito que um pré-candidato ressalte apenas a sua liderança na pesquisa

ou qualquer outro aspecto que lhe seja favorável; c) a informação da publicação: “Boulos lidera com 34% contra qualquer bolsonarista” é verdadeira e correspondente exatamente àquilo que foi constatado pela pesquisa; d) ainda que fosse incluída a menção à pré-candidata Tábata Amaral, que não se identifica como “bolsonarista” a afirmação seria verdadeira, pois também nesta hipótese a pesquisa apontou a liderança do representado; e) a pré-candidata Tábata Amaral, por sua vez, apresentou 10% das intenções de voto em todos os cenários, atrás do ora representado, de Ricardo Nunes, de Ricardo Salles e de Marco Pontes e, deste modo, sequer poderia argumentar que seu nome deveria figurar em algum lugar da escala entre os percentuais divulgados, pois seu desempenho foi abaixo daquele obtido por Marcos Pontes, o menor percentual apresentado na ilustração; f) a ilustração apresenta percentuais obtidos em diferentes cenários, mas, não há fraude ou distorção: Guilherme Boulos aparece com 34% em todos os cenários; Ricardo Nunes teve, em seu melhor cenário, 29%; Ricardo Salles e Marcos Pontes, quando incluídos na pesquisa, tiveram 12% e 11% respectivamente, quando disputaram com Guilherme Boulos; g) a falta de indicação do nível de confiança da pesquisa na publicação ocorreu por um lapso, entretanto, todos os outros requisitos exigidos pelo art. 10 da Resolução TSE nº 23.600/2019, foram devidamente informados de forma a afastar potencialidade lesiva, pois o erro praticado possui natureza meramente formal; h) não há previsão legal para aplicação de multa por ausência de adimplemento dos requisitos necessários à divulgação de pesquisa eleitoral; i) necessidade de delimitação da proibição determinada na decisão liminar porque o pedido constante na inicial foi para que fosse determinada a remoção do conteúdo publicado sem que houvesse pedido de proibição da divulgação dos resultados obtidos na pesquisa por meio e/ou forma diversa daquela objeto de impugnação nos presentes autos e, desta forma, a decisão extrapola os limites do pedido da parte representante e resulta na violação da liberdade de manifestação do representado (art. 11 da resolução TSE nº 23.600/2019) e da igualdade entre os pré-candidatos.

Por fim requer a presente representação seja julgada improcedente. Subsidiariamente, caso a presente representação seja julgada procedente, que seja proibida apenas a veiculação dos resultados na forma impugnada na presente representação e afastado o pedido de aplicação de multa pelo não cumprimento dos requisitos do art. 10 da Resolução TSE nº 23.600/2019, por ausência de previsão legal ou, ainda, por se tratar de falha meramente formal que não acarreta prejuízo. Requer, ainda, em caráter subsidiário, a delimitação da proibição de divulgação dos resultados da pesquisa nº SP-03963/2024, apenas pelo meio e forma impugnados na presente representação.

Manifestou-se o douto representante do Ministério Público Eleitoral na representação proposta pelo MDB (ID nº 122479827 na RP nº 060010-20.2024.6.26.0002). Destacou, em síntese, o seguinte: a) as condições de formulação do questionário por parte do representado não atenderam aos critérios para transparência de lisura de apuração de consciência do eleitorado; b) a escolha de nomes na formulação de questões não apurou com eficácia os possíveis votos dos entrevistados; c) houve a seleção intencional para impedir que as perguntas efetuadas estivessem próxima da realidade da pesquisa efetivada; d) ausência de demonstração da escolha dos critérios estatísticos adotados para a parametrização do questionário e para a indicação técnica da formulação das perguntas no formato constatado; e) o representado não apontou em resposta e optou em apagar o conteúdo para eliminar a materialidade delitativa, o que caracterizou reconhecimento da manobra fraudulenta; f) ausência de demonstração de metodologia razoável na realização da pesquisa e do profissional de estatística certificador do ato; g) ausência de apresentação em defesa de plano amostral das pessoas pesquisadas de forma a demonstrar a transparência da pesquisa; h) existência de suposta fraude empregada no questionário para influenciar os entrevistados e alterar o resultado das intenções de voto; i) ausência de informação em defesa dos dados qualificativos do financiador efetivo da pesquisa com a comprovação do fluxo financeiro pagante e recebedor, financiamento de campanha a ser declarada e origem lícita de recursos para evitar compra de votos.

Por fim, opina pelo integral provimento da representação para imposição de multa em seu patamar máximo legal com a retirada das pesquisas de opinião que foram replicados em todos os meios de comunicação com a menção do conteúdo da sentença nos meios de comunicação em resposta à desobediência aos requisitos legais, resgatando a higidez da consciência da população sobre o conteúdo fraudulento.

Manifestou-se o ilustre representante do Ministério Público Eleitoral na representação proposta pelo PSB (ID nº 122376184 na RP nº 0600020-67.2024.6.2024.6.26.0001). Observou que o presente feito repetiu o mesmo conteúdo dos autos nº 06000010-20.2024.6.26.0002 e postulou que, diante da litispendência, postulou pelo apensamento do presente pedido e abertura de vista ao PSB para manifestação naqueles autos por se tratar da mesma pesquisa e objeto.

É o relatório.

Decido.

Preliminarmente, defiro os pedidos oferecidos pelo representado Guilherme de Castro Boulos e pelo douto representante do Ministério Público Eleitoral para julgamento conjunto, nos termos do disposto no art. 55, “caput”, do Código de Processo Civil, em razão da existência de conexão por se tratar das mesmas partes e do mesmo objeto, qual seja, suposta divulgação irregular de resultados da mesma pesquisa eleitoral SP-03963/2024. Contudo, indefiro o pedido requerido pelo “Parquet” de vista ao PSB para manifestação na representação proposta pelo MDB por falta de previsão legal.

Deste modo, determino o apensamento dos autos da representação proposta pelo PSB (RP n° 0600020-67.2024.6.26.001) aos autos desta representação proposta pelo MDB (RP n° 0600010-20.2024.6.26.0002).

Passo a tratar do mérito.

Tratam-se de representações propostas pelo MDB e pelo PSB em face de Guilherme Boulos pela divulgação irregular de resultados de pesquisa eleitoral efetuada nas redes sociais do representado “instagram” de “url”: <https://www.instagram.com/p/C4G6Drss8fL/> e “facebook” de “url”: https://www.facebook.com/photo?fbid=957540645738234&set=a.522_896625869307&locale=pt_BR, ambas com o seguinte conteúdo: “BOULOS LIDERA COM 34% CONTRA QUALQUER BOLSONARISTA! * pesquisa RealTime Big Data encomendada pela Record – 34% Boulos, 29% Nunes, 12% Salles e 11% Pontes” (petição inicial - ID n° 122362922 – folhas 2 e 3), tendo existido uma versão em que trazia o pré-candidato Kelmon com 1% das intenções de voto (ID n° 122362922 - folhas 6).

Deste modo, o objeto destas representações cíveis cinge-se ao questionamento de irregularidades apontadas na divulgação irregular da pesquisa eleitoral registrada como n° SP 033963/2024 para caracterização de violação ao disposto nos arts. 33, inciso IV, e § 3°, da Lei n° 9.504/1997; 10, “caput”, inciso III, da Resolução TSE n° 23.600/2019. Não houve questionamento pelos representantes dos critérios de realização desta pesquisa eleitoral realizada pela empresa Realtime BigData.

Por outro lado questionamentos efetuados pelos representantes referentes à caracterização ou não de suposta fraude da divulgação irregular de pesquisa eleitoral, nos termos de previsão exposta nos art. 33, § 4°, da Lei Eleitoral e 18, “caput”, da Resolução TSE n.º 23.600/19 por caracterizar elementar de tipo penal deverão ser analisados em eventual representação criminal a ser proposta pelos legitimados. Deste modo, nestas representações cíveis propostas não configuram o meio processual adequado para análise de suposta prática do crime de fraude na divulgação de pesquisa eleitoral pelo representado.

Por sua vez pela pesquisa eleitoral SP-03963/2024 realizada pela Empresa Real Time Midia Ltda (Rela Time Big Data) (ID 122362569 na RP n° 0600010-20.2024.6.26.0002) foram apurados os seguintes resultados considerando-se a totalidade dos eleitores no município de São Paulo:

a) pesquisa espontânea: “Guilherme Boulos (PSOL): 8% - Ricardo Nunes (MDB): 5% - Tabata Amaral (PSB): 2% - Kim Kataguirí (União): 1% - Celso Russomano (Rep): 1%; Ricardo Salles (PL); Outros: 5%, Nulo/Branco: 14%, NS/NR: 63%”;

b) pesquisa estimulada: b1) Guilherme Boulos (PSOL): 34%; Ricardo Nunes (MDB): 29%; Tabata Amaral (PSB): 10%; Kim Kataguirí (União): 6%; Maria Helena (Novo): 1%; Padre Kelmon (PRD): 1%; Nulo/Branco; Nulo/Branco: 10%; NS/NR: 9%;

c) pesquisa estimulada com a inclusão de candidatos bolsonaristas:

c1) Guilherme Boulos (PSOL): 34%; Ricardo Nunes (MDB): 20%; Ricardo Salles (PL): 12%; Tabata Amara (PSB): 10%; Kim Kataguirí (União): 4%; Maria Luiza (Novo): 1%; Padre Kelmon (PRD): 0%; Nulo/Branco: 10%; NS/NR: 9%;

c2) Guilherme Boulos (PSOL): 34%; Ricardo Nunes (MDB): 21%; Astronauta Marcos Pontes (PL): 11%; Tabata Amara (PSB): 10%; Kim Kataguirí (União): 5%; Maria Luiza (Novo): 1%; Padre Kelmon (PRD): 0%; Nulo/Branco: 10%; NS/NR: 9%.

Deste modo, constato que o resultado divulgado pelo representado não corresponde com nenhum dos cenários de pesquisa espontânea ou estimulada com a totalidade dos eleitores do município de São Paulo. Aliás, verifico que o representado efetuou um recorte de resultados entre a primeira pesquisa estimulada: Guilherme Boulos (PSOL): 34%; Ricardo Nunes (MDB): 29% (ID n° 122362571 página 8); a segunda pesquisa estimulada Ricardo Salles (PL): 12% (ID n° 122362571 – página 19) e a terceira pesquisa estimulada: Astronauta Marcos Pontes (PL): 11% (ID n° 122362571 – página 20).

Além disso, não foram mencionados os demais candidatos mencionados em cada uma dessas três pesquisas estimuladas: a) Tabata Amaral (PSB): 10%, Kim Kataguirí (União): 6%, Maria Helena (Novo): 1%, Padre Kelmon (PRD): 1% (ID n° 122362571 página 8); b) Tabata Amaral (PSB): 10%, Kim Kataguirí (União): 4%, Maria Luiza (Novo): 1%, Padre Kelmon (PRD): 0% (ID n° 122362571 – página 19); c) Tabata Amaral

(PSB): 10%, Kim Kataguirí (União): 5%, Maria Luiza (Novo): 1%, Padre Kelmon (PRD): 0% (ID nº 122362571 – página 20).

Passo a tratar da legislação de regência sobre os requisitos exigidos para divulgação de pesquisa eleitoral. A Lei Eleitoral em seu art. 33, “caput”, inciso IV, § 3º trata do requisito da indicação do intervalo de confiança como requisito para realização de pesquisa eleitoral e da divulgação de pesquisa eleitoral sem prévio registro:

Art. 33. As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar, junto à Justiça Eleitoral, até cinco dias antes da divulgação, as seguintes informações:

(...)

IV - plano amostral e ponderação quanto a sexo, idade, grau de instrução, nível econômico e área física de realização do trabalho a ser executado, intervalo de confiança e margem de erro; [Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013](#)

(...)

§ 3º A divulgação de pesquisa sem o prévio registro das informações de que trata este artigo sujeita os responsáveis a multa no valor de cinquenta mil a cem mil UFIR.”

Dispõe a Resolução TSE nº 23.600/2019 (que regulamenta as pesquisas eleitorais) em seus artigos 10, “caput, e inciso III, 14, e 17 sobre o nível de confiança, os critérios para divulgação de pesquisa eleitoral e sobre a divulgação de pesquisa eleitoral sem prévio registro:

“Art. 10 Na divulgação dos resultados de pesquisas, atuais ou não, serão obrigatoriamente informados:

(...)

III – o nível de confiança;

(...)

“Art. 14 Na divulgação de pesquisas no horário eleitoral gratuito, não será obrigatória a menção aos nomes de concorrentes, desde que o modo de apresentação dos resultados não induza a eleitora ou o eleitor a erro quanto ao desempenho da candidata ou do candidato em relação aos demais, devendo ser informados com clareza os dados especificados no art. 10 desta Resolução.

(...)

Art. 17. A divulgação de pesquisa sem o prévio registro das informações constantes do art. 2º desta Resolução sujeita as pessoas responsáveis à multa no valor de R\$ 53.205,00 (cinquenta e três mil, duzentos e cinco reais) a R\$ 106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais) ([Lei nº 9.504/1997, arts. 33, § 3º](#), e [105, § 2º](#)).

Considero caracterizada a divulgação irregular de dados com indução do eleitor a erro, conforme exigência prevista no art. 14 da Res. TSE nº 23.600/2019, em razão dos seguintes motivos: a) representado aponta resultado única de uma pesquisa efetivamente realizada, mas foi retirado de 3 (três) cenários de pesquisas estimuladas diferentes; b) pré-candidatos mencionados (Salles e Pontes) que estão no mesmo partido (PL) e que não poderão concorrer simultaneamente; c) divulgação de resultados parciais de pesquisa para efetuar comparação entre o representado diante de adversários apontados como “bolsonaristas”, mas houve exclusão do pré-candidato “bolsonarista” Padre Kelmon que tinha 1% das intenções de voto, eliminado da divulgação para evitar constatação de exclusão dos candidatos Kim Kataguirí (União Brasil) e Tábata Amaral (PSB), com intenções de voto superiores (entre 4% e 6% para Kim e 10% para Tábata) nos diversos cenários de pesquisas estimuladas.

Deste modo, constato a caracterização da divulgação de pesquisa eleitoral sem prévio registro tendo em vista que não guarda sintonia de informações com aquela registrada sob nº SP-03963/2024 e, portanto,



gerou violação ao disposto nos arts. 33, § 3º, da Lei Eleitoral (Lei nº 9.504/1997) e 17 da Resolução TSE nº 23.600/2019.

Neste sentido, encontra-se o seguinte precedente do Tribunal Superior Eleitoral:

ELEIÇÕES 2020. RECURSO ESPECIAL. REPRESENTAÇÃO. PESQUISA ELEITORAL FRAUDULENTA. AUSÊNCIA DE DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE.

1. PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL SUSCITADO. INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS SUMULARES NºS 72 E 28 DO TSE. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE DO PARTIDO PARA AJUIZAR A REPRESENTAÇÃO. LEGITIMIDADE COMPROVADA.

2. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ARESTO REGIONAL. DIVULGAÇÃO DA PESQUISA FRAUDULENTA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 24 DO TSE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. INCIDÊNCIA DE MULTA. ART. 33, § 3º, DA LEI Nº 9.504/1997. APLICABILIDADE. NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS ESPECIAIS.

1. A Corte regional negou provimento aos recursos eleitorais interpostos ao fundamento de que a pesquisa eleitoral fraudada após o seu registro, deve ser tida como efetivamente sem registro e, como tal, passível da multa prevista no § 3º do art. 33, da Lei das Eleições, sem prejuízo de eventual sanção penal prevista no § 4º do mesmo dispositivo, a ser apurado em via própria.

2. A esse acórdão foram interpostos recursos especiais, porém somente um deles foi submetido ao primeiro juízo de admissibilidade realizado pelo presidente da Corte regional.

3. Embora seja desejada a atuação primeva do presidente do TRE/CE na análise da admissibilidade do recurso especial, não há óbice algum a que este Tribunal Superior dela prescindida.

4. Estando presentes os requisitos de admissibilidade no apelo nobre interposto por Manoel Liuky Meneses de Freitas, deve ser admitido o processamento do recurso especial.

5. Do recurso especial de Manoel Liuky Meneses de Freitas

5.1. Ao tratar da ausência de dolo ou ma-fé em sua conduta, a parte não indica, nem mesmo de forma genérica, dispositivos legais que porventura pudessem ter sido violados pelo acórdão regional ou de julgados de outros tribunais que eventualmente pudessem consubstanciar dissídio pretoriano. Incidência do Enunciado nº 72 da Súmula do TSE. Precedente.

5.2. O recorrente ainda apresenta ementa de acórdão do TRE/MA, porém não demonstra a existência de dissídio jurisprudencial. Incidência do Enunciado nº 28 da Súmula do TSE.

5.3. Apesar de o recorrente arguir a ilegitimidade do PSD para ajuizar a representação, conforme o SGIP do TSE, a procuração ad judicium em nome do partido foi firmada pelo presidente do diretório regional, de modo que não há falar em ausência de legitimidade ativa ad causam.

6. Do recurso especial de J.F. da Costa Publicidade ME

6.1. Não se vislumbra omissão alguma da Corte regional, visto que, em seu aresto integrativo, manifestou-se no sentido de que a divulgação de pesquisa fraudulenta não se compara à violação de liberdade jornalística e de expressão.

6.2. Este Tribunal Superior reconhece e enaltece a liberdade de imprensa. No entanto, cumpre lembrar que o nosso ordenamento jurídico não comporta direitos absolutos, de modo que a liberdade de imprensa não pode ser usada de escudo para divulgar dados fraudulentos, notadamente nos casos em que a verossimilhança dos



dados poderia ser facilmente apurada por meio do sítio eletrônico da Justiça Eleitoral.

6.3. Para modificar a conclusão do TRE/CE de que houve a devida divulgação da pesquisa fraudulenta, seria necessário o reexame das provas dos autos, providência vedada nesta instância especial pela Súmula nº 24 do TSE.

6.4. A Corte regional demonstrou a inexistência do prejuízo aventado pela parte, ao informar que a ausência da URL do vídeo "[...] não impossibilitou de os Recorrentes retirarem o material de seus perfis em redes sociais [...]" (ID 157475395), razão pela qual se aplica ao caso o princípio da instrumentalidade das formas.

6.5. O acórdão deixa claro que a divulgação do vídeo foi comprovada tanto pela juntada do referido vídeo aos autos quanto pelo reconhecimento do jornalista recorrente de que divulgou a mídia. Ou seja, um conjunto de provas corroborou a alegação da parte autora de divulgação da pesquisa fraudulenta, e não somente a confissão do jornalista.

6.6. Ainda que se pudesse admitir o pedido da exordial como incerto e genérico, este não impediu a retirada da mídia pelo jornalista recorrente, de modo que se aplica ao caso também o princípio da instrumentalidade das formas disposto no art. 219 do CE.

6.7. Nos casos de pesquisa devidamente registrada na Justiça Eleitoral, porém divulgada de forma fraudulenta, o registro perde totalmente a sua validade.

6.7.1 Ao divulgar dados manipulados, que não espelham a realidade da pesquisa efetivamente registrada, as partes fabricam uma pesquisa cujo conteúdo não guarda sintonia alguma com aquela elaborada de acordo com a legislação. O fato de ter havido o uso de informações atribuídas a uma pesquisa devidamente registrada na Justiça Eleitoral apenas reforça a intenção dos recorrentes de iludir o eleitor, fazendo-o acreditar que se trata de uma pesquisa real.

6.7.2. No caso, os responsáveis não divulgaram a pesquisa conforme registrada, mas sim pesquisa fraudulenta, pois dissociada do registro obtido.

6.7.3. "[...] a instância cível é independente da criminal, não sendo a aplicação da sanção civil impedimento a apreciação do mesmo fato sob o aspecto criminal (ou vice-versa), conforme dispõe o art. 935 do Código Civil, não havendo de se cogitar, portanto, na ocorrência de bis in idem, diante da distinção das esferas de apuração da responsabilidade do ilícito" (ID 157475395).

6.7.4. No âmbito da representação é viável apurar a conduta sob o enfoque do § 3º do art 33 da Lei nº 9.504/1997, mormente porque inegável a necessidade de penalizar aqueles que propagam informação fraudulenta, dissociada da pesquisa regularmente registrada, seja porque a esfera cível independente da criminal, seja porque o ordenamento jurídico não pode ser utilizado como escudo protetivo para a prática de ilícitos.

7. Recursos especiais aos quais se nega provimento.

Recurso Especial Eleitoral nº060002185, Acórdão, Min. Mauro Campbell Marques, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, 30/08/2022. (negritei)

Aponto também que não houve obediência ao requisito formal na divulgação de pesquisa eleitoral correspondente à indicação do nível de confiança previsto no disposto nos art. 33, caput, e inciso IV, da Lei Eleitoral e 10, caput, e inciso III, da Resolução TSE nº 23.600/2019.

Passo a tratar da pena que será imposta ao representado.

Entendo razoável a fixação da pena de multa em seu valor mínimo: R\$ 53.205,00 (cinquenta e três mil, duzentos e cinco reais), nos termos do disposto no art. 33, § 3º, da Lei Eleitoral e 17 da Resolução TSE nº 23.600/2019, considerando-se a utilização de dados que isoladamente são verdadeiros e retirados de uma pesquisa previamente cadastrada decorrente de diversos cenários analisados, mas que foram fundidos formando uma pesquisa estimulada “frankenstein”, bem como a ausência de indicação do requisito formal de nível de confiança previsto no disposto nos art. 33, “caput”, e inciso IV, da Lei Eleitoral e 10, “caput”, e



inciso III, da Resolução TSE nº 23.600/2019.

A culpa do representado está caracterizada na divulgação como resultado oficial de uma pesquisa efetivamente realizada, mas de um cenário fictício de candidatos que não foi objeto de questionário pelo instituto de pesquisas Real Time BigData.

Passo a tratar do pedido efetuado pelo terceiro interessado.

Tendo em vista o disposto no art. 38, § 4º, da Resolução TSE nº 23.608/19, acolho o pedido de identificação das “url’s” específicas no dispositivo para fins de suspensão da publicação de pesquisa eleitoral com conteúdo descrito nas iniciais como irregulares nos “link’s”: <https://www.instagram.com/p/C4G6Drss8fL/> , https://www.facebook.com/photofbid=957540645738234&set=a.522896625869307&locale=pt_BR , bem como para que seja afastada a ordem de fiscalização/monitoramento emitida na decisão liminar (ID nº 122368204 da RP nº 0600020-67.2024.6.26.0001) para que o terceiro interessado (Facebook) removesse da plataforma “instagram” toda e qualquer repostagem referente ao conteúdo impugnado por falta de previsão legal específica e para fins de adequação da decisão exarada aos exatos termos do pedido na concessão de tutela de urgência antecipada e, posteriormente, para sua manutenção na prolação da sentença, em obediência ao disposto no art. 492 do Código de Processo Civil.

Ademais, destaco que, conforme certidões (ID nº 122349515 da RP 0600020-67.2024.6.26.0001 e ID nº 122550224 da RP nº 0600010-20.2024.6.26.0002), foram atestadas a indisponibilidade da consulta das “url’s” específicas nos sítios das redes sociais “facebook” e “instagram” que continham a publicação de pesquisa eleitoral com conteúdo supostamente fraudulento, o que permite concluir que houve cumprimento integral e tempestivo da ordem exarada com o afastamento da incidência de quaisquer sanções ao terceiro interessado “Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.”

Por fim, diferentemente do que foi alegado pelo representado houve pedido expresso do PSB de “proibição de reiteração das condutas aqui praticadas”, o que inviabiliza a divulgação pelo representado da pesquisa na forma efetuada nas presentes representações nas “url’s” apontadas e, deste modo, não houve nesse ponto extrapolação na decisão liminar proferida (ID nº 122368204 na RP nº 0600020-067.2024.6.26.0001), tendo sido, portanto, emitida dentro dos limites do pedido do representante PSB.

Em face do exposto, acolho a arguição preliminar para determinar o apensamento da Representação nº 0600020-67.2024.6.26.0001 nesta representação 0600010-20.2024.6.26.0002 para julgamento conjunto, e, em relação ao mérito, efetuo a retificação das tutelas provisórias de urgência emitidas com redução do alcance nos termos expostos em relação ao terceiro interessado Facebook com a condenação do representado Guilherme Castro Boulos à manutenção da exclusão das postagens impugnadas anteriormente publicadas nos link’s mencionados nas “url’s”, https://www.facebook.com/photofbid=957540645738234&set=a.522896625869307&locale=pt_BR , <https://www.instagram.com/p/C4G6Drss8fL/> , sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e julgo parcialmente procedente as representações para imposição da sanção de multa imposta no valor de R\$ 53.205,00 (cinquenta e três mil e duzentos e cinco reais) ao representado por violação ao disposto nos arts. 33, “caput”, inciso IV, e § 3º, da Lei Eleitoral; 10, “caput”, inciso III, e 17 da Resolução TSE nº 23.600/2019.

Intime-se.

Ciência ao ilustre representante do Ministério Público Eleitoral.

São Paulo, data da assinatura eletrônica consignada.

ANTONIO MARIA PATIÑO ZORZ

Juiz Eleitoral